

ERCT's DA PT REUNIRAM NO DIA 27 DE SETEMBRO PARA ANALIZAR A SITUAÇÃO E PROGRAMAR ACÇÕES A CURTO E MÉDIO PRAZO

**CONTINUAR A DEFENDER E APOIAR OS TRABALHADORES!
CONTINUAR A LUTA PELA REVERSÃO DAS TRANSMISSÕES!**

Da análise feita na última reunião de ERCT's efectuada no dia 27/9 ficou claro que sem a luta e intervenção dos trabalhadores não teria sido possível que a ACT, e a maioria da Assembleia da República tivessem tomado as decisões que irão levar à resolução de uma parte do problema (para futuras transmissões de empresa ou estabelecimento). Ficou também clara que na falta de resposta do Governo, só a dimensão da resposta dos trabalhadores e das ERCT's obrigou à tomada de tímidas decisões.

Continuam a existir vários tipos de problemas que têm que de ser enfrentados por todos nós: a reversão do processo de transmissão dos trabalhadores; o problema dos trabalhadores que estão sem funções; a questão dos trabalhadores que estão a exercer funções inferiores às do seu grupo profissional; o assédio moral a que muitos trabalhadores estão a ser sujeitos; o futuro da PT Portugal e dos seus trabalhadores.

Apesar de muito já ter sido feito, concluiu-se que a acção e a luta não podem parar e têm que continuar a ser utilizadas todas as acções para manter viva a revolta dos trabalhadores, através da exigência para que o Governo e a ACT tomem posições firmes e duras contra a gestão da Altice. A via jurídica será usada para reverter as transmissões.

Da reunião efectuada resultaram as seguintes conclusões:

- Insistir na marcação de nova reunião com a CEO da PT;
- Pedir uma nova reunião ao Director Geral da ACT;
- Enviar uma nova carta ao Primeiro-Ministro com pedido de reunião e sensibilizá-lo para actuar no caso de a Altice pretender fazer novas transmissões bem como para pressionar a Empresa no sentido da reversão das transmissões já efectuadas, por serem completamente ilegais;
- Fazer uma acção de rua junto ao edifício da PT nas Picoas, no dia 9/10, entre as 12H30 e as 14H00. Esta acção tem também como finalidade exigir o regresso dos trabalhadores transmitidos à PT e o fim das RMA's por iniciativa da Altice;

- Fazer já na próxima semana uma reunião com todos os advogados das ERCT's para analisar o enquadramento dos processos jurídicos principais com o objetivo de anular as transmissões já feitas;
- No dia 3 de Outubro vai realizar-se mais uma reunião de prevenção de conflito na DGERT, na qual vão participar além dos Sindicatos todas as empresas transmissórias, e a PT. Vamos continuar a tentar obter informação sobre a forma como foi feito o enquadramento laboral e social dos transmitidos;
- Efectuar pelo menos duas tribunas públicas (abertas às intervenções de trabalhadores e personalidades da sociedade civil), uma no Porto e outra em Lisboa em datas a anunciar;
- Efectuar plenários pelo menos em todas as capitais de distrito, para discutir com os trabalhadores a situação laboral na PT Portugal e as grandes preocupações existentes, bem como, as formas de as superar;
- Fazer o ponto da situação das iniciativas já realizadas e as que se tenham de vir a realizar, nomeadamente eventuais acções que envolvam os trabalhadores, se necessário uma nova Greve.

NO DIA 27 OCORREU TAMBÉM UMA REUNIÃO COM A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Essa reunião que tinha sido solicitada pelas ERCT's, destinou-se a abordar o facto de os trabalhadores transmitidos terem passado a descontar de forma compulsiva para a Segurança Social e as implicações que isso tem.

A Secretária de Estado tomou conhecimento e afirmou que o Ministério e a CGA iriam analisar em conjunto, de forma minuciosa, essa situação para verificar qual o enquadramento jurídico a aplicar no sentido de garantir os direitos dos trabalhadores transmitidos em termos de proteção social, nomeadamente a possibilidade de continuarem a ser subscritores da CGA.

Foi também colocada a situação das caixas de previdência dos ex-TLP e da ex-Marconi, nomeadamente dos seus Fundos (TLP – Fundo Especial e Marconi – Fundo de Melhoria). A Secretária de Estado comprometeu-se a estudar/analisar estes dossiers e depois marcar uma nova reunião.

Foi ainda abordada a questão da convergência entre os regimes da CGA e da Segurança Social e a nova legislação sobre as carreiras contributivas muito longas. Fomos também informados que em relação às carreiras contributivas longas o Diploma está no Presidente da República para homologação e caso o seja, terá efeitos a 1 de Outubro de 2017.

A LUTA PELA DEFESA DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES VAI CONTINUAR

NA RUA, NOS ÓRGÃOS DE PODER, NOS TRIBUNAIS E PRINCIPALMENTE NOS LOCAIS DE TRABALHO